



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA

PRESIDÊNCIA

DA REPÚBLICA

PETROLINA, PE, 21 DE NOVEMBRO DE 2001

Senhor Vice-Presidente, Marco Maciel; Senhores Governadores de Pernambuco, Jarbas Vasconcelos, e do Ceará, Tasso Jereissati; Senhores Ministros aqui presentes, nomino o Ministro Raul Jungmann, que foi quem acabou de nos fazer essa brilhante exposição; Senhores Senadores e Deputados; agradeço a presença especialmente dos Deputados que estão representando as Bancadas, porque hoje temos votações importantes no Congresso Nacional, o Deputado Oswaldo Coelho, hoje, vale por mil, somado ao empenho dele; e mesmo o Deputado Feijó, que nos acompanhará ao Ceará; Senhor Prefeito; Senhores altos funcionários; Senhoras e Senhores,

Depois de termos ouvido a exposição do Ministro Raul Jungmann, resta pouco a acrescentar, talvez apenas reprimir e salientar um outro aspecto.

Em primeiro lugar, quero dizer que me apraz muito estar aqui mais uma vez. Não sei já nem quantas vezes vim à região de Petrolina. Embora esteja em outro município, estamos na região de Petrolina, Pernambuco. E vejo sempre o empenho que existe aqui na gente dessa região.

É a primeira vez que venho a este Centro da Embrapa. Mas é importante conhecer diretamente este Centro e sobrevoar a região

e ver que, efetivamente, estamos no coração do semi-árido, na caatinga praticamente. Ver que aqui já está se convivendo com a seca, com o semi-árido. Aqui se vê, portanto, que, de alguma maneira, as políticas governamentais estavam atrasadas diante do que a sociedade já vinha fazendo. Essas políticas se mantiveram, como até há pouco se mantiveram, numa visão, como ressaltou o Ministro Raul Jungmann, de intermitência, de emergência. Elas não tinham aquela concepção de permanecer na região. Elas não percebiam que, na verdade, essas 10 milhões de pessoas que estão na área rural do Nordeste nem devem sair da área rural do Nordeste. Enquanto, portanto, não foi possível ter a concepção que hoje se tem – e é preciso fazer uma reviravolta profunda nas políticas públicas –, não poderiam haver avanços maiores. Os avanços eram feitos pela luta quase individual daqueles que aqui, no sertão, aqui, na região do semi-árido, tratavam de criar condições melhores de convivência com a natureza.

Estamos assistindo hoje – como disse o Ministro Raul Jungmann –, realmente, a uma virada histórica. É claro que não se fará a partir de hoje. Já vem sendo feita. Vai ser intensificada a partir de hoje, e a consciência do Brasil vai ser, talvez, maior sobre as dificuldades e as possibilidades do Nordeste.

Tantas vezes já dissemos isto: o Nordeste é uma terra de possibilidades e não só de dificuldades. Quem lê os documentos originais da Sudene sabe disso. Sabe que foi esse o espírito criador da Sudene, que se perdeu com o tempo. Mas a idéia era precisamente essa. Não era a do Nordeste com o pires na mão, não era a do sertanejo com o pires na mão, não era a do migrante a todo instante, não era a de ver o homem do semi-árido banido pelas circunstâncias, buscando uma quase esmola. Não foi assim que foi pensado o Nordeste pelos seus filhos maiores, por aqueles que sonharam com outro tipo de Nordeste, que continuam sonhando e agora praticam com mais decisão este novo Nordeste.

E não são palavras. Na prática, quando se ouviu tantos programas que o Ministro Raul Jungmann mencionou aqui, fica-se até um pou-

co confundido. “Será que é tudo isso mesmo? Porque são tantos. Mas é verdade. Há uma rede nova no Brasil. Uma rede que temos chamado de proteção social, que pode ser de promoção social, que faz a vinculação entre muitos programas de muitos ministérios e muita ação da sociedade fora do Governo para que as coisas possam mudar. E vai nisso uma concepção de processo. Não vai mais aquela concepção, antiga, de que tem alguém que decide e faz porque tem poder. Precisa ter poder para fazer. Mas não basta. É preciso ter capacidade para convencer. É preciso ter capacidade de articular, é preciso organizar, é preciso mobilizar. E é o que se está fazendo.

Agora, nesta última seca que nos atingiu, entreguei a responsabilidade da coordenação desses programas para a questão da seca ao Ministro Raul Jungmann, por sugestão do Governador Tasso Jereisati, devo dizer. Não sei se havia alguma conspiração nisso. Mas entreguei ao Ministro Raul Jungmann a responsabilidade de coordenar, de articular dentro do Governo e com os governadores. E foi aqui, ou melhor, em Recife, aonde ele veio tantas vezes, na sede da Sudene, para fazer essa articulação. Isso é o resultado de seis meses de um trabalho duro que o Ministro Raul Jungmann impôs à sua equipe e que contagiou – no bom sentido – o conjunto do Governo para que se despertasse para aquilo que já estava existindo, mas existindo esporádica e até, às vezes, caoticamente.

Então, isso vai permitir que haja uma economia de energia e haja um aumento de resultados, porque a coordenação passou a ser mais visível.

Essa rede de proteção social, bem disse o Ministro Jungmann, não se limita ao Nordeste, mas nesta região tem ingredientes específicos, e já falarei sobre eles. Essa rede hoje se está espalhando por todo o Brasil. Vai desde – como foi mencionado aqui – a bolsa-alimentação, que está no Ministério da Saúde, a bolsa-escola, que está no Ministério da Educação, a bolsa-renda, que está no Ministério da Integração Nacional, até os programas específicos do Ministério do Desenvolvimento Agrário. São vários ministérios envolvidos. Temos também a Lei Orgânica da Previdência Social, a Loas. Essa rede

abrange o conjunto das populações que são necessitadas – que são, digamos, submetidas a critérios puramente técnicos para receberem assistência.

A Loas, me lembrava o Vice-Presidente, é muito importante, porque foi implementada no meu governo – é a Lei Orgânica da Assistência Social, proposta dos deputados Jutahy Magalhães Júnior, que era Ministro da Previdência no Governo Itamar Franco. Fez a proposta, nós aprovamos. E nós estamos implementando a Lei Orgânica de Assistência Social, de tal maneira que os idosos a partir de 67 anos, cujas famílias têm um nível de renda baixo, têm direito também a um benefício.

Sem falar na importância – e esse programa é mais antigo do que foi antigamente o Funrural – da previdência rural, que não tem contrapartida. Ou seja, a pessoa não cotiza, mas recebe o benefício, desde que seja trabalhador rural, prove que trabalhou um certo período de tempo no campo e atinja uma certa idade. O vulto desse benefício é imenso, como aqui foi visto nos gráficos que o Ministro Raul Jungman mostrou.

De toda maneira, o que quero salientar é que estamos cobrindo, para as populações realmente carentes, um conjunto de necessidades a partir do nascimento até a terceira idade que, dizem alguns, é a melhor idade da vida. Ainda não cheguei ao ponto de concordar com isso, mas, de qualquer maneira, é nela que estou. Cobrimos, realmente, todo o amplo espectro da vida daqueles que são mais carentes. E como se fez isso? Com critérios técnicos. De tal forma que hoje, no que diz respeito à Loas, não existe mais idoso no Brasil, cuja família não tenha alcançado certo nível de renda, que já não esteja incluído no programa da Loas.

Fizemos ainda um esforço adicional, que não foi mencionado aqui, mas que vou mencionar, que é o chamado Peti-Programa de Erradicação do Trabalho Infantil. O nome é feio. Em Pernambuco se chamou no melhor momento Mão Amiga. Não sei como se chama hoje, se mudou de nome ou não. Temos recursos no Orçamento para retirar do trabalho penoso, não do trabalho geral – porque do tra-

balho agrícola é quase impossível retirar —, todas as crianças. E não é só retirar do trabalho, é dar escola. E para poder retirar do trabalho e dar escola, tem que construir escola tem que ter professor, tem que dar uma bolsa para que a família substitua a renda da criança por uma bolsa do Governo Federal.

Há, portanto, realmente, um conjunto de programas que está tocando aquele setor mais desguarnecido e mais carente da população brasileira. E a sociedade brasileira às vezes é tão desigual que quando o Governo se empenha em atingir aos realmente mais pobres, os menos pobres — não diria menos ricos — não se dão conta de que esses programas existem, pensam que o Governo não está fazendo nada pelo social. É porque está fazendo. E está fazendo para aqueles que realmente precisam. Estão tão descolados da sociedade que aqueles que opinam na sociedade pensam que nada está acontecendo. Mas está acontecendo. Está acontecendo uma transformação na base da sociedade.

Como eu disse é um processo. Não vai ser um milagre. Não há milagres na transformação de uma sociedade. Não há um ato que transforme, não há um decreto que transforme, não há revolução que, de um dia para a noite, mude tudo. Mesmo nas revoluções, há um processo em seguida para ver o que acontece. Estamos em pleno desenvolvimento de um processo profundo de transformação das condições sociais de existência para esses setores menos favorecidos.

Só para lhes dar um outro exemplo além da erradicação do trabalho infantil, no Programa Bolsa-Escola nós vamos atingir 11 milhões de crianças, quase 6 milhões de famílias. São todas as crianças cuja renda — repito — não atinge um certo patamar. Esse Programa alcança 30% das crianças que estão nas escolas públicas brasileiras. Trinta por cento correspondem, precisamente, à linha de pobreza. Trinta por cento do Brasil está na linha de pobreza ou abaixo dela. Então, todos os que estão nessa situação estão sendo alcançados por esse Programa.

Dir-se-á: mas é tão pouco dinheiro! Ontem, a Doutora Zilda Arns, que é a líder da Pastoral da Criança da Igreja Católica e foi candidata ao Prêmio Nobel da Paz, fez uma declaração num congresso de parlamentares, que se reuniu no Rio de Janeiro, que apenas

repeto. Ela disse: “É, mas isso conta para as famílias mais pobres. Além do mais, é o que se pode dar agora. Está aberta a porta, está aberto o caminho, e conta para as famílias mais pobres.” De novo a desigualdade de renda é tão grande no Brasil que mesmo a classe média não sabe como o pobre é pobre. E quando vê uma quantia de 45 reais, pensa que isso não é nada. Mas isso altera, efetivamente, a vida do mais pobre.

É ali que estamos trabalhando com afinco para mudar o Brasil. Claro que há outros setores que também são necessitados. Claro que a classe média necessita também. Claro que os problemas urbanos são imensos também. Mas, de qualquer maneira, havia que começar por algum lado.

Repeti, muitas vezes, como sociólogo, como candidato à Presidência, como Presidente, como Senador, de todo jeito, que nós no Brasil nunca chegamos a ter um tal de bem-estar social. Nós tínhamos um Estado de mal-estar social. Um Estado onde a corrupção medrava, um Estado onde a burocracia imperava, um Estado de clientelismo, um Estado onde a interferência política não era a política em bom sentido, mas era no mau sentido, da utilização dos recursos públicos para obtenção de favores e, muitas vezes, o desvio dos recursos públicos, como se viu tantas vezes na chamada indústria da seca.

Pois bem, lançamos as bases de um começo de um Estado de bem-estar social. Não o temos ainda, mas as bases estão lançadas para quebrar o Estado de mal-estar social. Isso não se faz se não houver também, como o Ministro Raul Jungman mencionou, um forte controle da própria sociedade. Quando ainda era Ministro da Fazenda — e alguns dos aqui presentes foram ao meu gabinete para pedir recursos para uma seca que então assolava o Brasil —, tive essa preocupação da organização dos setores da sociedade: sindicatos, Igrejas, a sociedade civil de modo geral, para que controlassem os mecanismos todos de distribuição de cestas básicas. Agora demos passos enormes.

Quantas vezes ouvi dizer: o Presidente não tem sensibilidade, porque vai acabar com a cesta básica. Não. Nós vamos substituir a cesta

básica, porque ela distorce um recurso direto dado à família, para a família ter autonomia para comprar o que quiser no local, e não para enriquecer um outro lado do Brasil e nem para corromper. Já corrompeu muito. É só olhar os processos que existem nesses mecanismos todos. Corrompeu-se muito em nome da pobreza, em nome da cesta básica. Estamos acabando com isso. Claro que, em certas circunstâncias, se dá a cesta. Às vezes, não há nem como fazer articulação para o recurso. Mas estamos articulando um outro mecanismo.

Agora, o que nós estamos realmente lançando hoje, aqui, tem um outro significado, talvez até mais profundo do ponto de vista simbólico do que os programas a que eu já me referi. É a questão do seguro-safra. Porque o seguro-safra, sim, é a garantia do trabalhador do semi-árido de que ele vai continuar trabalhando. Ele não vai precisar se deslocar da sua casa, fingir que está trabalhando numa frente de trabalho que não existe. Não vai precisar se alistar na prefeitura e buscar o vereador para ter ou não o seu nome na lista. Não vai precisar sair da sua cidade, do seu local de residência para essa simulação de uma frente de trabalho. Ele terá uma garantia de que, se a safra for frustrada pela seca, terá um recurso para continuar sobrevivendo nas condições do Nordeste, nas condições de um clima adverso.

E mais, aqui se cria um fundo. Esse fundo naturalmente é majoritariamente composto por recursos do Governo Federal, como tem que ser. Mas os estados participam, os municípios participam. Aí, eu diria que os municípios participam quase simbolicamente: com 3%. Se o fundo é de 600 milhões, são 180 mil. Dividam isso por mil municípios. É muito pouco. Mas é simbólico. E o próprio trabalhador participa. Não há nada dado de graça, porque não é esmola. É seguro. Ele tem direito, como se tem o seguro-desemprego, como se tem o seguro contra roubo, com se tem um seguro contra incêndio, contra todo tipo de frustrações. O nome moderno disso é *hedge*. Nas bolsas, as grandes empresas fazem *hedge*, fazem seguro, e às vezes à custa da nossa moeda. Pois bem, aqui o trabalhador terá direito ao seu seguro.

Tudo isso, no seu conjunto, significa cidadania, como disse o Ministro, quer dizer, dá autonomia, individualidade. A dona de casa é quem

vai receber o dinheiro, no caso da bolsa-alimentação, no caso da bolsa-escola. Ela terá autonomia para saber o que vai fazer com esse dinheiro, porque sabe melhor do que nós onde é que o calo aperta. Vai se organizar, vai buscar com seus vizinhos, vai buscar na sua Igreja, no seu sindicato, no seu local de trabalho a compra, vai ver como é que compra mais barato. Ontem mesmo no rádio falei disso. Vai aprender a ver quanto custa. Então, é uma mudança também de atitude, uma mudança de cabeça, uma mudança de mentalidade.

Esse seguro-safra me parece ser, realmente, a alforria do homem do Nordeste, que é, a todo tempo, sujeito, açoitado pela seca. Essa é sua alforria. É a sua dignidade. Mais, nós estamos quebrando todos os elos de intermediação. Certamente, daqui a algum tempo, as pessoas não vão mais nem ligar o recurso àquele que mandou o recurso para lá. Até porque quem mandou o recurso para lá foi o povo.

Aproveito para lhes dizer o seguinte: esses programas, no seu conjunto, são programas de renda mínima. O Brasil tem, talvez, o maior conjunto de programas de renda mínima do mundo. Posso até estar exagerando, porque não conheço todo o mundo. Não sei como é na Índia. Não sei como é na China. Mas no mundo do lado de cá é o maior programa de renda mínima, esse conjunto de programas.

Os recursos estão indo, crescentemente, de forma direta, como disse aqui, através do cartão magnético. A dona de casa ou a pessoa que recebe o recurso vai diretamente aos Correios, vai à agência da Caixa Econômica, vai ao Banco do Brasil e, automaticamente, recebe o seu recurso.

No conjunto, esses programas correspondem a um gasto, se incluir nisso o seguro-desemprego, de 22, 24 bilhões de reais. Cansei de ver gente dizer: "Ah, eu não vou pagar o imposto porque não sei o que o Governo faz com esse dinheiro." E sonega. Quantos sonegam no Brasil! Não é a empresa a grande sonegadora só não. O dentista, o médico, o advogado, quando se vai lá, a ele, ele pergunta: "Com recibo ou sem recibo?" Isso é sonegação pura.

Pois bem, o conjunto de recursos coletados pelo Imposto de Renda da Pessoa Física no Brasil não chega a 30 bilhões de reais. Portan-

to, a imensa maioria dos recursos que o Governo recolhe sob a forma de Imposto de Renda da Pessoa Física é redistribuído diretamente ao povo mais pobre.

E vêm ainda me falar: “Não pago imposto porque não sei o que o Governo faz com o dinheiro.” Venham ver o que o Governo faz e paguem o imposto, em vez de ficar com discussões infundáveis sobre se tem que aumentar mais ou menos, tem que cortar Imposto de Renda. Mas e como é que faz? Como é que se tem recurso para dar para o povo? De onde é que sai esse dinheiro?

Portanto, retomando o que estava dizendo: não é o Governo quem está dando dinheiro, são os setores da sociedade que, através do Governo, estão passando o dinheiro para os mais pobres. Isso se chama, também, solidariedade. E aqueles que defendem, de uma maneira ou de outra, não pagar imposto, os que, o tempo todo, reclamam porque pagam muito imposto devem não se esquecer de que estão, em grande medida, faltando com a solidariedade aos mais pobres.

Se o Governo estiver gastando mal o dinheiro dos impostos, que se critique o Governo. Mas não que se diga que não se vai pagar o imposto, porque, sem pagar o imposto, não há como mudar a condição de vida do Brasil, não há como dar educação, não há como dar saúde, não há como dar recursos diretos às famílias. Não há nada disso.

Agora, neste momento, aqui estamos, efetivamente, não apenas lançando esse Programa de Seguro-Renda, como estamos apresentando, como mostrou o Ministro, um balanço do conjunto de programas que estão em marcha no Brasil, nessa rede de proteção social.

Isso é fundamental. Se não tivéssemos controlado a inflação, nem saberíamos quantos recursos vão para cá ou vão para lá. Os Orçamentos seriam inchados, como sanfonas, nas Assembléias e nas Câmaras e, depois, também desinchados ao bel-prazer do burocrata de plantão ou do ministro de plantão ou do presidente de plantão, para dizer: “Atendo esse e não atendo aquele.” Não havia controle de nada.

Só agora foi possível recomençar a construir as bases de um Estado mais decente porque seguramos a inflação, e porque temos um com-

portamento rígido na questão fiscal, e não vai haver eleição que vá me mudar de atitude. Vou continuar assim até o dia 31 de dezembro de 2002. Não farei gastos por pressão políticas injustas. Não vou maquiari Orçamento. Vamos ver as coisas como são, porque se eu for complacente com as tendências de afrouxamento fiscal, estarei afrouxando não o recurso do Tesouro, estarei é atrapalhando os programas que estamos montando para um Brasil mais decente e mais digno.

Aqui temos os dois Governadores. São pessoas que têm um estrito comportamento fiscal e uma total devoção à ação social. Não há contradição. Ao contrário, uma é condição da outra. Este é um novo Brasil, Ministro Raul Jungmann.

Queria terminar agradecendo a presença de todos aqui. Quisemos fazer esta reunião de trabalho aqui, no coração do semi-árido, com alguns daqueles que participaram, estão participando desse imenso esforço. Poderia louvar a praticamente cada um dos Senhores, seja no plano do Legislativo, com suas sugestões, suas pressões legítimas, porque as pressões são sempre legítimas quando são orientadas pelo bem do interesse público. Poderia louvar os membros da administração pública brasileira, que têm qualidade excepcional. Os membros dos institutos de pesquisa, como este aqui, que estão levando adiante transformações profundas. Poderia louvar as obras dos demais Ministros. Poderia louvar os Governadores, como em parte o fiz. Poderia mencionar, uma vez mais, a permanente preocupação do Vice-Presidente, Marco Maciel, por tudo que é positivo no Brasil, mas especialmente no Nordeste, especialmente em Pernambuco.

Mas eu queria concentrar minhas palavras de agradecimento ao final e, ao falar dele, falarei de todos, ao que tem feito o Ministro Raul Jungmann. Todas as vezes que há dificuldades, a primeira pessoa em quem se pensa, em Brasília, para enfrentar o problema é o Ministro Raul Jungmann, porque ele é um leão. Não o da Receita, que é outro pernambucano. Mas ele, realmente, tem uma capacidade de luta, de combatividade extraordinária. Motiva as pessoas e tem algo que é insubstituível: ele fala ao País, ele briga, ele diz o que está fazendo, ele não aceita crítica quando ela é leviana. Ele não tem medo de defender

posições do Governo, porque sabe que o Governo é sério e está empenhado. Ele não fica acovardado com o primeiro crítico da oposição. Ele dá um grito mais forte. Ninguém ganha no grito, mas no argumento ganha. E nós temos muito argumento para ganhar a guerra. A guerra não é a eleição, não. A guerra é para o Brasil melhorar. A guerra é para avançarmos mais e termos uma sociedade mais decente, uma sociedade mais democrática na qual a inclusão social se faça. E não há meios melhores de fazer inclusão social do que a escola. Temos, hoje, 97% das crianças na escola. E com esses programas todos estamos acabando com a exclusão social no Brasil.

Eu diria que o Ministro Raul Jungmann é um símbolo desse esforço todo, porque ele, agora, no seu trabalho como Ministro do Desenvolvimento Agrário, juntou uma outra dimensão. Ele agora também está lutando pela igualdade racial. Está desenvolvendo um trabalho extraordinário para a igualdade racial, sem falar da igualdade de gênero, pela qual ele quase sempre se bateu.

Mas, além disso, para a igualdade racial está tendo um programa muito estimulante, de fazer com que o Brasil desperte e veja que temos uma população negra e mestiça muito grande que, muitas vezes, é posta à margem sem necessidade, e que, mesmo que não seja posta à margem, já está à margem e precisa ser incluída.

O Ministro Raul Jungmann, portanto, simboliza essa capacidade. Um homem que veio do Planejamento, como o Ministro Martus Tavares, e que simboliza essa capacidade. Tem noção da economia, noção da racionalidade, noção da importância de que as coisas têm causa e efeito, e, ao mesmo tempo, tem sensibilidade, e traduz essa sensibilidade numa demonstração de amor ao Brasil, que é inexcusável.

Agradeço muito a sua colaboração constante ao Governo e reitero, ao falar do seu nome, que eu poderia ter falado de alguns outros Ministros que aqui estão, de todos que aqui estão e de vários outros Ministros. Mas hoje é um dia, especialmente, de Pernambuco. É o dia em que estamos aqui com a maior satisfação de estarmos ao lado de um Governador que tem sido, também, um exemplo para todos nós, de dedicação ao Brasil e a Pernambuco.

E eu vejo que o Ceará aplaude, aí, com muito frenesi, o que mostra que, realmente, estamos unidos no mesmo pensamento, que é o pensamento de brasileiros. Estamos comprometidos com a melhoria do nosso país.

Muito obrigado.